



QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?

SÓ A LUTA MUDA A VIDA



Greve Sanitária pode ser necessária diante dos posicionamentos do MEC em retomar aulas presenciais

Pág. 3

40 anos
ANDES

SINDICATO NACIONAL

CSP - CONLUTAS

Em 2020, números de feminicídio crescem 1,9% em relação ao ano anterior

Pág. 7 e 8

Já chega! Não podemos mais aceitar o descaso com a vida

Vacinação para todas e todos pelo SUS e Fora Bolsonaro. Esse grito precisa ecoar e ganhar as ruas!

Não bastasse todo o aprofundamento da crise econômica, política, social e sanitária imposto por uma conjuntura de descaso com a vida, de autoritarismo e permanente ameaça à democracia, de negacionismo à ciência, de desmonte dos serviços públicos em plena pandemia mundial, o governo brasileiro tem o escárnio de não apresentar um plano de imunização e, ainda, desmontar as possibilidades de aquisição de insumos para a vacinação. O que acontece em Manaus (AM) com a falta de oxigênio sufoca a nós todas e todos. Não é acaso, não é ineficiência: é política!

Os serviços públicos cumprem o seu compromisso com a população criando as condições para produzir a vacina, colocando a pesquisa a serviço da defesa da vida e estão na linha de frente nas mais variadas instituições da saúde, educação e assistência social e, mesmo assim, seguem atacados pela agenda de desmonte do governo.

É nesse contexto que somos chamadas/os a lutar. Sufocadas/os pela falta de oxigênio nos hospitais de Manaus, pelo descaso do governo frente à necessidade de um plano nacional de vacinação, pela irresponsabilidade da realização de um Enem que levou milhares de jovens a se aglomerar em

salas de aula - muitas delas sem as devidas condições sanitárias - Brasil a fora. Sufocadas/os pela paralisia de um Congresso Nacional que, atendendo aos interesses da burguesia, não leva adiante os mais de sessenta pedidos de impeachment de Jair Bolsonaro.

Ao mesmo tempo, professores e professoras seguem pressionados/as a retomar às aulas presenciais ou na modalidade híbrida, sem debate amplo e democrático nas suas comunidades universitárias e sem condições mínimas de ensino e de aprendizado, o que demanda da categoria docente o debate sobre a construção de uma greve sanitária, que será pauta do próximo encontro da reunião dos setores do ANDES-SN, no dia 06 de fevereiro.

Diante do aprofundamento da precarização da vida, dos direitos sociais, com o aumento da pobreza no país, com o desemprego acelerado e o processo de desindustrialização, os servidores/as públicos por meio do Fonasefe, dos fóruns estaduais, das centrais sindicais e do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes organizam uma agenda de luta entre os dias 24 a 31 de janeiro e dia 01 de fevereiro, com carreatas e diferentes manifestações.

E é, também, com luta que iniciamos a celebração dos 40 anos de existência

do ANDES-SN. Uma trajetória que acompanha os principais momentos da luta de classes do Brasil nessas quatro décadas. O ANDES-SN nasceu como associação ainda durante o período da ditadura militar-empresarial no Brasil. Logo ao ser consolidado como um sindicato, se posiciona como um dos principais instrumentos de luta dos professores e das professoras deste país, em defesa da educação pública, gratuita, de qualidade socialmente referendada. Nos encontramos, nesta edição, com depoimentos de valerosos/as ex-presidentes e presidentas do ANDES-SN, o que mostra o legado histórico de um Sindicato inscrito na luta da classe trabalhadora no Brasil.

Por fim, é preciso dizer que neste contexto somos sufocadas/os também por notícias do aumento dos casos de feminicídio e dados alarmantes de violência contra mulheres no Brasil. O que nos convoca a aprofundar nossas lutas por uma sociedade livre de opressão e de exploração, tema que irá guiar nossas atividades também no Fórum Social Mundial, que acontece de forma online entre os dias 25 a 31 de janeiro.

Só a luta muda a vida e é por isso que nela nos forjamos como ANDES-SN nestes 40 anos.

VACINAÇÃO PARA TODAS E TODOS JÁ!

EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // site: www.andes.org.br // e-mail: imprensa@andes.org.br

Diretora Responsável: Francieli Rebelatto

Edição: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Coordenação Editorial: Jamile Rodrigues MTb 0010916/DF

Coordenação de Pauta: Bruna Yunes DrT 9045/DF

Jornalistas: Bruna Yunes, Luciana Sendyk, Renata Maffezoli

Diagramação, revisão e arte final: Angel Holanda // Fotos: Imprensa ANDES-SN, Divulgação, Banco de Imagens

Contra retorno às aulas presenciais, docentes discutem possibilidade de greve sanitária

Assembleias gerais de base serão realizadas até o dia 5 de fevereiro para decidir sobre paralisação



Foto: SHUTTERSTOCK

O calendário de lutas da categoria docente será de fortes embates em 2021. A construção de uma greve sanitária nas instituições federais, estaduais, municipais públicas de ensino se apresenta como necessária diante do posicionamento do governo federal, por meio do Ministério da Educação (MEC), em pressionar pela volta às atividades presenciais sem garantir a vacinação para todos e todas brasileiras. A greve sanitária é proposta quando há um risco à saúde ou segurança das trabalhadoras e dos trabalhadores presentes no ambiente de trabalho.

As taxas de transmissão da Covid-19 apontam crescimento e aceleração de novos casos. O vírus já contaminou mais de 8,5 milhões de pessoas em todo o país e vitimou mais de 210 mil*. Após muita pressão de toda a sociedade para o início da vacinação no país, não há até o momento, um plano de vacinação efetivo para a população. O Supremo Tribunal Federal cobrou que o governo federal apresente uma atualização do plano nacional de imunização com o cronograma de vacinação dos grupos de risco já que os imunizantes estão autorizados para uso emergencial no Brasil.

Meses antes de chegar aos números alarmantes, as e os docentes, reunidos

virtualmente no 9º Conad Extraordinário, realizado em setembro de 2020, aprovaram que o Sindicato Nacional, por meio de suas seções sindicais, lute contra o retorno às atividades presenciais sem a garantia das devidas condições sanitárias. E, caso haja tentativa de retorno presencial sem condições de segurança, construa uma greve sanitária em defesa da vida, em unidade com as demais categorias do Setor da Educação.

Em dezembro passado, a deliberação foi reafirmada na reunião conjunta dos Setores das Instituições Federais de Ensino (Ifes) e Instituições Estaduais e Municipais de Ensino (Iees/Imes). As e os docentes de 49 seções sindicais apontaram a necessidade das seções sindicais do ANDES-SN realizarem uma rodada de assembleias gerais de base, até o dia 5 de fevereiro, para deliberar sobre a greve sanitária e encaminharem o resultado para a secretaria do Sindicato Nacional.

Pressão

O MEC, no dia 2 de dezembro, publicou uma portaria determinando que instituições federais de ensino superior retornassem às aulas presenciais, a partir de 4 de janeiro de 2021. Para isso, as instituições deveriam adotar um "protocolo de biossegurança", definido

na Portaria MEC 572/2020. Porém, após pressão de entidades sindicais como o ANDES-SN, gestores das instituições, comunidade acadêmica e sociedade em geral, a pasta recuou. Uma nova portaria foi publicada no dia 7 do mesmo mês (1038/2020), prevendo o retorno às aulas presenciais a partir de 1º de março de 2021.

Para Regina Avila, secretária-geral do ANDES-SN, a medida é um ato de irresponsabilidade do governo e põe em risco a vida das e dos docentes, estudantes, técnicas e técnicos e suas famílias. "A diretoria reafirma o descaso desse governo com a vida, um governo que nega a ciência e que, em relação à Covid-19, buscou incansavelmente desqualificar as orientações mundiais e dos institutos nacionais de pesquisa para o isolamento social e proteção das pessoas. Ainda não temos um Plano Nacional de Imunização para a população. Temos que fortalecer nossa resistência neste ano", ressalta.

2020

Em 2020, a construção de uma greve da Educação foi amplamente discutida e aprovada no início do ano, durante o 39º Congresso do ANDES-SN, para enfrentar os ataques dos governos federal, estaduais e municipais.

Porém, com a chegada do novo coronavírus, a deflagração da greve ficou comprometida. Entretanto, no decorrer do ano, a categoria e o próprio Sindicato Nacional, junto às suas seções, puderam se adequar à nova realidade e fazer o acúmulo do debate.

"A partir do contexto de pandemia e da responsabilidade em atuar protegendo a vida, foi preciso, ao longo de 2020, readequarmos nossas táticas de luta. Por isso, o 9º Conad Extraordinário aprovou a resolução de greve sanitária contra o retorno às atividades presenciais sem as condições de segurança e, especialmente, sem a vacinação para todas e todos. O enfrentamento à destruição das políticas públicas será duro e a greve, com certeza, será construída pela categoria, posto que não temos a menor ilusão que os governos e Congresso Nacional mudarão a conduta", afirma a secretária-geral do ANDES-SN.

**Dados atualizados em 19/01/2021*

40 anos do ANDES-SN: Forte para continuar lutando

No dia 19 de fevereiro de 1981, cerca de 300 docentes, reunidos em Campinas (SP), deliberavam pela criação da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior – a ANDES. Entre as funções da associação, conforme as atas do Congresso de Fundação, estavam a integração com outras entidades representativas de docentes, trabalhadores e demais setores sociais, a luta pela redemocratização do país e a campanha nacional em defesa e ampliação da educação pública, gratuita e de qualidade.

O Sindicato Nacional nasceu da resistência à ditadura militar-empresarial (1964-1985) e em defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade. O ANDES-SN tem sua história firmada no processo de redemocratização do país e esteve nas principais lutas da classe trabalhadora nessas quatro décadas.

Em comemoração aos 40 anos do Sindicato Nacional, a equipe de comunicação do Sindicato Nacional conversou com ex-presidentes e ex-presidentas, que contam um pouco de como a história do ANDES-SN se confunde com a história de cada um deles e delas. Nesta edição, é possível conferir alguns depoimentos. Nas próximas edições, mais relatos serão apresentados.

2002-2004

Luiz Carlos Gonçalves Lucas



"Fui presidente do ANDES-SN na transição entre FHC e Lula. Saía em um governo desgastado e incapaz de dialogar. Chegava a esperança. A interlocução tornou-se fácil, mas logo se evidenciou que não produziria respostas coerentes e aceitáveis. Antes, pouco se podia fazer, além do enfrentamento. No novo contexto, surgiram riscos que afetaram grande parte do sindicalismo brasileiro, mas não o ANDES-SN. Diante de um projeto quase pinochetiano de reforma da previdência, resistimos. Os que seguiram outros caminhos, talvez hoje se arrependam. Quanto a nós, temos todos os motivos para festejar esses 40 anos de autonomia e respeito às instâncias de deliberação coletiva."

**2010-2012
2004-2006**

Marina Barbosa Pinto



"O ANDES-SN é uma das principais entidades de luta da classe trabalhadora brasileira. Sua força está no fato de construir a luta da categoria de modo diretamente vinculado à luta por um projeto de educação pública, que contribua para a emancipação humana e para a construção de uma sociabilidade apoiada na solidariedade e na defesa dos direitos e da vida. O ANDES-SN é referência para a luta classista e seu reconhecimento social decorre de uma atuação como sindicato autônomo e independente. Minha vida militante neste sindicato foi o que me permitiu crescer como professora, lutadora e, ao mesmo tempo, fazer amizades, construir afetos e laços de companheirismo que são decisivos para a construção de um novo porvir."

**2014-2016
2006-2008**

Paulo Marcos Borges Rizzo



"São poucos os sindicatos no Brasil e no mundo que conseguem se manter autônomos, classistas e democráticos por muito tempo. O ANDES-SN está entre esses poucos. Sua origem está nas vigorosas mobilizações da classe trabalhadora do final dos anos 70, em rompimento com a estrutura sindical tutelada pelo estado e enfrentando a ditadura. Outros 40 anos virão e muitas lutas também."

1990-1992

Carlos Eduardo Malhado Baldijão

"Sindicato é o instrumento de luta da classe trabalhadora. Nos seus quarenta anos, o ANDES-SN encontra um País em desconstrução. Com o golpe de 2016, abriu-se o caminho para a eleição de um governo que destrói nossa economia com sua política ultra-neoliberal, ataca a universidade pública, nega a ciência, e ameaça constantemente a democracia. Agora, é preciso cerrar fileiras ao lado das demais entidades e movimentos na defesa do emprego, do salário, do serviço público, da democracia e por um desenvolvimento soberano. Este é o desafio do Andes-Sindicato Nacional."

1984-1986

Maria José Ribeiro

"O ANDES-SN tem um papel importante na defesa da Universidade; defesa da Ciência, da arte, da cultura e da nossa democracia, tão covardemente ameaçada. O momento é de muita luta contra um governo fascista e incompetente. Ao mesmo tempo é hora de se recuperar a esperança, do verbo esperar, como diz Paulo Freire. Parabéns pelos 40 anos e todas as lutas travadas e conquistas obtidas. Tenho muito orgulho de ter sido presidente do ANDES. E... a luta continua!"

1992-1994

*Márcio Antônio De Oliveira*Σ □ *In memoriam.* □ Σ

1981-1982

*Oswaldo De Oliveira Maciel*Σ □ *In memoriam.* □ Σ

SÓ A LUTA MUDA A VIDA

40 anos

ANDES

SINDICATO NACIONAL

CSP - CONLUTAS



Ano começa com mudanças que **impactam** muitos brasileiros



FOTO: SHUTTERSTOCK

Para muitos brasileiros, 2021 começou com desafios que vão além da pandemia do novo coronavírus. Logo no primeiro dia do ano, duas mudanças importantes, e que trazem impactos diretos para grande parcela da população, passaram a valer.

A primeira foi o retorno, por meio da Medida Provisória 1023/2020, de regras mais duras para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), destinado às pessoas idosas e às pessoas com deficiência de baixa renda.

Até o último dia de 2020, em razão da pandemia, o benefício, originalmente concedido às famílias com renda per capita mensal inferior a 25% do salário mínimo, foi ampliado para pessoas que recebiam até meio salário mínimo. Contudo, na virada do ano, a ampliação, que estava ancorada ao estado de calamidade pública, perdeu validade. Como não havia regulamentação da nova regra, o presidente Jair Bolsonaro editou a MP com parâmetros mais baixos e o BPC voltou a abranger uma parcela menor da população mais vulnerável.

“A regra anterior à edição da MP previa que essa renda mensal per capita seria de meio salário mínimo, o que certamente englobaria uma quantidade muito maior de pessoas. Esse elasticamento foi promovido pelo Congresso Nacional, por intermédio da Lei 13.981/2020, que

foi vetado pelo presidente da República, mas, derrubado pelo Congresso. Após essa movimentação legislativa, o governo realizou o ajuizamento da ADPF 662 no Supremo Tribunal Federal, onde conseguiu uma liminar para suspender cautelarmente os termos da Lei 13.981/2020”, detalha Leandro Madureira, advogado da Assessoria Jurídica Nacional do ANDES-SN.

Para Madureira, “essa renda per capita editada pela nova MP, por óbvio, é insuficiente para aferir os critérios de miserabilidade, na medida em que há outros pontos que implicam a pauperização, sobretudo em um país como o nosso e com regiões tão distintas.”

Mudanças na Previdência

Outra alteração ocorrida em 1º de janeiro envolve a Previdência Social. Nessa data, passaram a valer algumas regras aprovadas na reforma da Previdência, relativas à transição para a aposentadoria. Uma delas é a da idade mínima, que a partir de agora será de 57 anos para as mulheres e 62 anos para os homens, desde que tenham contribuído por 30 anos e 35 anos, respectivamente.

No cálculo necessário para aposentadoria, em 2021 também já está valendo novas bases para pontuação e tempo de contribuição, como explica o advogado Leandro Madureira.

“A reforma da Previdência, inaugurada pelo presidente Jair Bolsonaro por intermédio da EC 103/2019, trouxe uma série de regras voláteis com o passar dos anos. Assim, esses critérios de idade, pontuação e tempo de contribuição sofrem alterações anualmente, o que influencia não apenas nas regras de elegibilidade aos benefícios previdenciários, como também no valor desses benefícios”, conta do advogado da AJN.

Outra regra que sofreu alteração é o fator previdenciário. Se, em 2020, essa pontuação era de 87 pontos para as mulheres e 97 pontos para os homens, em 2021 exige-se que atinjam 88 e 98 pontos, respectivamente. Por tornar ainda mais complexa as normas de concessão para a aposentadoria, Leandro Madureira orienta que a classe trabalhadora busque conhecer as regras previdenciárias profundamente.

“Temos um sistema muito grande e confuso, com uma quantidade de regras, normativos, legislação infraconstitucional e alterações da própria constituição que o torna complexo de ser compreendido. Mas, é justamente essa profusão confusa que favorece a precarização do sistema público e a ausência de percepção de que os direitos da classe trabalhadora estão sendo vilipendiados”, ressalta o advogado.

Casos de feminicídio crescem no país durante pandemia

Loni Priebe de Almeida, 74 anos, assassinada com um tiro na cabeça pelo ex-marido, no Rio Grande do Sul. Viviane Vieira do Amaral, 45 anos, assassinada a facadas, na frente das três filhas pequenas, pelo ex-marido, no Rio de Janeiro. Thalia Ferraz, 23 anos, assassinada com um tiro disparado pelo ex-companheiro, na frente de seus familiares, em Santa Catarina. Evelaine Aparecida Ricardo, 29 anos, assassinada em frente a sua casa com um tiro na cabeça disparado pelo namorado, no Paraná. Anna Paula Porfírio dos Santos, 45 anos, assassinada por arma de fogo dentro de casa pelo marido, em Pernambuco. Aline Arns, de 38 anos, assassinada a tiros pelo ex-companheiro, em Santa Catarina.

Esses casos de feminicídio ganharam os noticiários e as redes sociais do país e causaram indignação em parte da população. Todas as vítimas foram assassinadas pelos companheiros ou ex-companheiros nos dias 24 e 25 de dezembro de 2020, véspera e dia do Natal.

Segundo Luciana Boiteaux, advogada e docente da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o aumento nos casos de feminicídios nas festas de final de ano, assim como nos fins de semana e feriados, é associado ao consumo de bebidas alcoólicas e aos momentos de lazer. Entretanto, esses são apenas fatores que agravam o quadro de um sistema estrutural calcado no machismo, na cultura patriarcal e do estupro, que cultuam a “lógica da superioridade do homem e a negação da

igualdade entre homens e mulheres” e, consequentemente, a violência de gênero.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança de 2020, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), ao menos 648 mulheres foram assassinadas no Brasil, no primeiro semestre de 2020, por motivação relacionada ao gênero. O índice representa aumento de 1,9% em relação ao mesmo período de 2019, com 636 mortes. A cada 7 horas uma mulher é vítima de feminicídio no país.

No decorrer de 2019, 1.326 mulheres foram vítimas de feminicídio, o que representa um crescimento de 7,1% em relação ao ano anterior, com 1.229 assassinatos. 90% das mulheres assassinadas em 2019 foram mortas por seus companheiros ou ex-companheiros.

“Há uma questão dos papéis sociais, das relações que envolvem casamentos e termos de relacionamentos. Para além do combate contra a cultura do estupro e do patriarcalismo, precisamos pensar em políticas públicas concretas e que garantam a emancipação dessa mulher”, afirma Luciana Boiteaux.

Outra indicação do anuário é que as mulheres negras são as maiores vítimas do feminicídio no país (66%), o que reforça, mais uma vez, a situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica e de violência a que este grupo populacional está submetido.

“Esse percentual reforça um dado da aplicação da Lei Maria da Penha, em que se aponta para uma redução de feminicídio contra as mulheres brancas e um aumento

contra as mulheres negras. Nesse sentido, a perspectiva interseccional - que faz uma análise a partir do cruzamento das opressões de gênero, raça e classe - é essencial para compreender como essa violência afeta de forma muito mais decisiva as mulheres negras, que estão sujeitas a uma precarização do trabalho muito maior impactando na busca por ajuda. As possibilidades de uma mulher que é pobre, favelada e negra sair da sua casa e por fim a uma violência que ela sofre dentro de casa são menores quando comparadas as de uma mulher branca de classe média, que vai poder, por exemplo, ir a um hotel ou a casa de uma amiga”, afirma.

Ameaças, agressões e estupro

Os casos de ameaças, agressões e estupro de mulheres diminuíram no ano passado, comparando os primeiros seis meses de 2019 e de 2020, conforme o Anuário Brasileiro de Segurança de 2020. Para Luciana Boiteaux, mesmo com as subnotificações de casos de feminicídio, o número de mulheres assassinadas é mais preciso, enquanto os outros tipos de violências muitas vezes não chegam ao conhecimento das autoridades policiais. “O registro é feito com base nos cadáveres, que é de notificação obrigatória. Já quando falamos de agressões decorrentes da violência doméstica, de gênero, em especial no caso da pandemia, esses registros são apenas daqueles casos que chegaram ao conhecimento oficial”, explica.



Desde meados de março de 2020, com a intensificação da pandemia de Covid-19 em todo o mundo e, especificamente, no Brasil, diversos estados do país adotaram medidas de isolamento social com o objetivo de minimizar a contaminação da população pelo novo vírus. Embora essas medidas sejam importantes e necessárias, a situação de isolamento domiciliar impôs às mulheres um convívio muito mais intenso e duradouro junto a seus agressores, em geral seus parceiros, como também aumentou ainda mais as barreiras no acesso às redes de proteção às mulheres e aos canais de denúncia.

De acordo com a docente da Faculdade de Direito da UFRJ, para garantir a segurança e a vida das mulheres em tempos de quarentena é necessário investir em políticas públicas. “São necessárias políticas públicas concretas para que essa mulher em caso de violência tenha apoio e, caso precise sair de casa, que consiga abrigo e acompanhamento psicológico. Que consiga acesso à justiça na busca de medidas protetivas, porque se a violência ocorre dentro de casa, é preciso retirar essa mulher de casa o mais rápido possível e dar condições dela retomar a sua vida, e o afastamento e a proibição de contato com o seu agressor são extremamente necessárias”.

Por fim, Luciana Boiteaux ressalta a importância do Estado criar e divulgar mecanismos que facilitem o acesso das mulheres a instrumentos de denúncia, seja pela internet, por meio de aplicativos e sites, ou por telefone. “Quanto mais burocrático o acesso ao sistema de justiça, mais difícil será que haja essa denúncia. A denúncia e os registros são importantes para frear essa violência e proteger a mulher, como também são importantes para efeitos de estatísticas, porque sem a denúncia não temos como fazer a avaliação concreta e correta da realidade da violência que ocorre dentro de casa, que não é vista e nem observada”, contou.



MEDIDAS PROTETIVAS

Criadas pela Lei Maria da Penha, Lei 11.340/06, as medidas protetivas de urgência surgiram para coibir os vários tipos de violências cometidas contra a mulher em situação doméstica ou familiar. As medidas previstas na lei podem ser solicitadas nas delegacias, ministério público e defensoria pública e o juiz tem até 48 horas para deferir ou indeferir os pedidos.

FEMINICÍDIO



No Brasil, a tipificação criminal foi dada pela Lei no 13.104/15, que definiu o crime como o homicídio de mulheres em contexto de violência doméstica e familiar ou em decorrência do menosprezo ou discriminação à condição de ser mulher.

COMO DENUNCIAR?



Para denunciar casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, **ligue 180**. Pela internet, acesse o aplicativo Direitos Humanos Brasil e a página do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Também é possível receber atendimento pelo **Telegram** e digitar na busca “DireitosHumanosBrasil” e mandar mensagem.

Onde há conflito, há arte: 'Um Outro Céu' soma olhares à rica produção autoral indígena



Quando escreveu 'Ideias para Adiar o Fim do Mundo' e 'A Vida Não é Útil', o intelectual ambientalista e líder indígena Ailton Krenak acrescentou palavras e reflexões à um acervo cada vez maior de obras historiográficas, poéticas e literárias de autoria de povos originários. Nos anos recentes, a preciosa cultura transmitida tradicionalmente de forma oral ganhou espaço em bibliotecas, exposições, shows musicais, corações e mentes mundo afora.

Leituras pós coloniais e preocupação ecológica crescente frente ao grau de destruição planetária provocada pelo consumismo trouxeram à tona narrativas de conservação planetária, respeito ao próximo e à natureza, ética de trabalho coerente com as necessidades vitais e, em última análise, uma nova forma de viver em comunidade enquanto ainda existem as possibilidades 'vida' e 'comunidade'. No silêncio retumbante trazido pela pandemia, abre-se uma janela para um outro céu, no qual há pássaros voando livres da poluição das cidades grandes.

As leis da natureza são implacáveis, ao contrário das verdades estabelecidas,

sempre questionáveis. Sujeitos à uma representação negativa na história oficial, vítimas de estereótipos nos quais figuram como indolentes, infantilizados e, ironicamente, "difíceis de ser escravizados", os povos originários levantam a voz para contar a sua própria versão e, ainda melhor, mostrar que uma cosmovisão coletiva, solidária e respeitosa pode enfim encontrar o seu momento como pedagogia para um novo mundo.

Antes que se retome a rotina de trabalho, cabe romper com o negacionismo que estabelece enorme distância entre humanidade e natureza. Outra obra que rompe com a lógica da produtividade a qualquer custo, inclusive com o comprometimento dos recursos essenciais à manutenção da vida, é 'A Queda do Céu: Palavras de um Xamã Yanomami'. Os autores, o líder político indígena Davi Kopenawa Yanomami e o etnógrafo francês Bruce Albert, propõem uma nova perspectiva tecnológica espiritual, na qual defendem que a manutenção do equilíbrio sobre a Terra depende de uma dinâmica invisível

e mítica entre os seres da floresta, humanos, fauna e flora.

Assim, os povos indígenas ultrapassam o papel de sujeitos étnicos para abraçar a sabedoria toda em si, contraposta à lógica industrial, consumista e destrutiva da natureza que é o fundamento do capital. Esse, insuflado pelo recente avanço neoliberal, tem tentado completar sua saga genocida ao investir na tese do marco regulatório, segundo a qual o território é uma posse e o lar é uma convenção.

Frente a esses ataques, o Projeto Um Outro Céu responde ao conflito com a arte. O site do projeto traz ambas as coisas: uma exposição e o Mapeamento de Violações aos Direitos Indígenas no Nordeste do Brasil e nas regiões sul e sudeste do Pará. A partir do poema escrito por Ailton Krenak a um amigo Xavante que conseguiu se curar do vírus com cantos, rezas e raízes tradicionais, fruto de pesquisas realizadas em conjunto com a colaboração internacional Atmosferas de Violência, a exposição traz para o mundo acadêmico as flechas e a poesia dos primeiros habitantes do Brasil.



Fotos ilustrativas e não refletem, necessariamente, o projeto Um outro céu.

UM OUTRO CÉU

Um Outro Céu parte do projeto de pesquisa em rede internacional chamado Desenvolvimento “Sustentável” e Atmosferas de Violências: Experiências de Defensores Ambientais, que se materializou junto a outro projeto, Mapeamento das Violações aos Direitos Indígenas no Nordeste do Brasil, e a um plano de pesquisa emergencial para investigar os impactos da Covid-19 entre os povos indígenas. O mapeamento foi realizado por pesquisadores indígenas e não indígenas associados ao projeto, sobretudo estudantes que integram três universidades da Bahia: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e Universidade do Estado da Bahia (Uneb).

Em conjunto com o mapeamento dos conflitos ecológicos, foram criadas obras por 15 artistas indígenas, além de um documentário, dirigido por dois cineastas indígenas, Graciela Guarani e Alexandre Pankararu. A arte que ilumina essa constelação foi criada pelo artista e designer Denilson Baniwa.

Visite o site do projeto - Um Outro Céu - umoutroceu.ufba.br/

Servidoras e servidores começam 2021 com jornada de lutas



Dando sequência à luta em defesa dos serviços públicos, da vida a frente dos lucros e pela vacinação imediata de toda a população, servidoras e servidores públicos organizaram uma semana nacional de lutas de 24/01 a 01/02.

A jornada teve início no Dia Nacional das Aposentadas e dos Aposentados, 24 de janeiro, e seguiu com atividades nos estados durante toda a semana. No 1º de fevereiro é realizado o Dia Nacional de Lutas em defesa da vacina para todas e todos, com carreatas em diversos estados e ato em Brasília, na Câmara dos Deputados.

As atividades da semana de lutas foram articuladas pelas entidades que compõem o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), em conjunto com as coordenações dos fóruns estaduais, reunindo ainda servidores estaduais e municipais, e também centrais sindicais e movimentos sociais.

“As reuniões do Fonasefe desse ano contaram com uma boa participação, especial as reuniões ampliadas, onde a gente tem congregado com movimentos sociais, populares, centrais sindicais e

diversos sindicatos, para fazer mobilizações unificadas compreendendo realmente que esse período que a gente tem vivenciado traz consequências e impactos para toda a classe trabalhadora. A gente tem também o agravamento dessa política econômica do governo federal, extremamente regressiva e ultraliberal, com um processo muito ampliado de privatizações”, explica a presidenta do ANDES-SN, Rivânia Moura.

Ela aponta que, no âmbito do Fonasefe, para o primeiro semestre de 2021, a primeira pauta será a vacina, gratuita para todas e todos, pois essa luta engloba a defesa da vida das trabalhadoras e trabalhadores.

“Essa vacina deve ter um plano nacional de imunização, organizado pelo governo federal, deve ser produzida e financiada pelo Sistema Único de Saúde, com valorização dos nossos centros de ciência e pesquisa, dos nossos cientistas. E essa é uma pauta que hoje, por ser tão urgente e tão necessária, pois dialoga também as consequências da pandemia, a morte, a fome, o desemprego, a falta de perspectiva e a retirada de vários direitos. Por isso, é urgente e necessário que a gente encabece essa mobilização”, afirma a presidenta do ANDES-SN.

Além disso, Rivânia ressalta que outras lutas, que já vinham sendo travadas no ano passado pelas servidoras e servidores, seguirão na pauta este ano. “A gente sabe que, passada a eleição do presidente da Câmara e do Senado, a perspectiva é que volte o debate sobre a reforma administrativa. Então, isso continua na nossa agenda de luta, por entendermos que essa reforma provoca uma destruição profunda dos serviços públicos e tem um impacto imenso para o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras”, explica.

Ela acrescenta ainda que outra pauta urgente já incluída na agenda do Fonasefe é ampliação imediata da luta contra o acelerado processo de privatização das empresas estatais.

“Esse governo tem descaso com a vida, desde o início da pandemia, negando sua gravidade. E, agora, isso se expressa de modo muito explícito nessa negação da vacina, negação da ciência, negação da vida. Convocamos todas e todos para as mobilizações. É fundamental o engajamento das e dos docentes e de todos trabalhadores e todas trabalhadoras, porque nós temos uma pauta muito intensa e muito urgente para 2021”, conclama.

TRANSFORME O MUNDO
TRANSFORME O MUNDO
TRANSFORME O MUNDO



29 DE JANEIRO
DIA DA *Visibilidade Trans*